

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS PREMIADAS

MARIA CLOTILDE ALMEIDA

Maria Clotilde Pires Maia Neves de Almeida nasceu em Lisboa em 1962.

Licenciou-se em 1985 em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica na área das Ciências Forenses.

Foi monitora da disciplina de Direito Penal na Faculdade de Direito de Lisboa no ano lectivo de 1985/1986 e assistente estagiária desde 1986 a 1992 da disciplina de Direito Internacional Privado.

Integrou a Comissão de Ética do Hospital de D. Estefânia entre 1999 e 2003 e o Núcleo Hospitalar de Apoio à Família e à Criança do mesmo Hospital, tendo colaborado desde 1997 em grupos de trabalho interdisciplinares sobre a promoção e protecção dos Direitos da Criança.

Participa em acções de divulgação sobre a problemática dos Direitos da Criança na prática judiciária.

Encontra-se inscrita na Ordem dos Advogados desde 23 de Abril de 1988, exercendo advocacia nas áreas de Direito Penal, Contencioso Civil e Bancário e Direito da Família.

PAULA PENHA GONÇALVES

Paula Penha Gonçalves nasceu em Luanda, Angola, em 1960. Filha e neta de advogados, a opção pelas lides jurídicas surgiu de forma natural na altura em que teve de escolher o que queria fazer da sua vida profissional.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica em 1983 na área das Ciências Forenses.

A prática, aprendeu-a com o seu Pai, com quem estagiou, e de quem recebeu os valores que marcaram decisivamente o seu percurso profissional. Com ele aprendeu a respeitar e a prezar, acima de tudo, a sua liberdade de consciência.

Talvez por essa razão, a escolha pelo exercício da advocacia em prática individual, a qual mantém até hoje, foi a opção que lhe permitiu, ao lado de seu marido durante grande parte da sua carreira, realizar o seu trabalho de forma totalmente independente na prossecução dos valores que entende fundamentais.

Sendo o Direito Privado a sua área de eleição, tem vindo a exercer em grande parte na área do Direito das Pessoas, em particular no Direito da Família e das Crianças.

Em parceria com Maria Clotilde Neves de Almeida, tem participado em casos complexos que levaram ao Tribunal Europeu do Direitos do Homem, como foi o caso paradigmático Soares de Melo contra Portugal, o qual terá ajudado a tornar evidente a necessidade da protecção jurídica das famílias carenciadas, designadamente tornando obrigatória a constituição de advogado aos pais, nos processos judiciais em que se prevê a retirada de filhos menores com vista à adoção, até aí não prevista na lei.